



**2º SIMULADO**

**2ª FASE DO  
XXX EXAME DE ORDEM**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

# DIREITO CONSTITUCIONAL

## PROVA PRÁTICO - PROFISSIONAL

### Informações gerais

- Essa prova é focada na 2ª fase do XXX Exame de Ordem da OAB;
- A peça prática-profissional e as questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do certame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, incluso o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Se possível realize a transcrição dos textos respostas para um outro papel, respeitando o número de linhas, assim poderá exercitar o seu tempo.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma auto avaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da aula em vídeo, sua peça e suas questões.
- A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO, no canal do Estratégia OAB no YouTube comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

#### Siga as nossas Redes Sociais

Estrategiaoab no YouTube  
[instagram.com/estrategiaoab](https://www.instagram.com/estrategiaoab)



#### ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 2ª Fase em do XXX Exame possam praticar. Por isso, será importante para nós se você dar o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *Whatsapp* etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

## PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

---

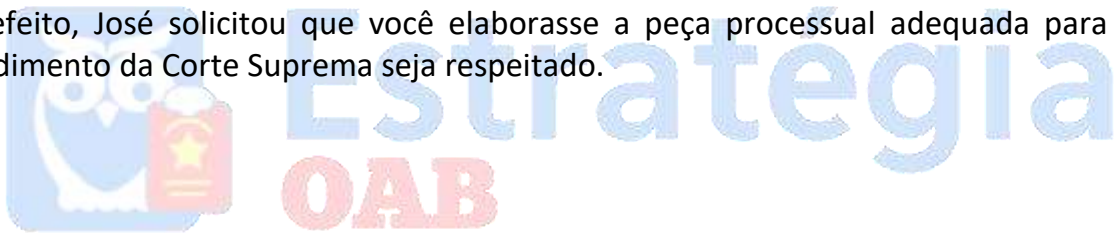
José, empresário de uma grande rede de farmácias na região sul do Município X, decide expandir os seus negócios para região leste. Após realizar uma pesquisa de mercado e concluir pela viabilidade do negócio, solicitou uma autorização junto à Prefeitura para instalar sua nova loja no bairro Z (região leste).

Ocorre que, o empresário foi surpreendido com o indeferimento do pedido realizado. A administração municipal informou que o bairro Z já conta com várias farmácias, sendo que há Lei Municipal vedando que estabelecimentos de igual natureza sejam instalados no mesmo bairro a menos de 300m de distância um do outro.

Inconformado com a resposta, José interpôs recurso administrativo em face da decisão proferida. Entretanto, o indeferimento foi mantido pela administração pública, restando prejudicado o pleito.

De acordo com a situação apresentada, o empresário procura você na qualidade de advogado que, em resposta preliminar, informa ao cliente que a decisão preferida pela administração desrespeitou entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, cabendo assim uma medida processual específica no âmbito do Poder Judiciário.

Com efeito, José solicitou que você elaborasse a peça processual adequada para que o entendimento da Corte Suprema seja respeitado.



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	<b>Estratégia</b>
47	<b>OAB</b>
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	<b>Estratégia</b>
77	<b>OAB</b>
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	 <b>Estratégia</b> <b>OAB</b>
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	 <b>Estratégia</b>
136	
137	<b>OAB</b>
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



## QUESTÃO 1

---

01. Amélia, Governadora do Estado X em seu segundo mandato, resolve divorciar-se do seu marido Fernando, com quem teve um relacionamento conjugal por 15 anos. Fernando, empresário de sucesso na região, nunca teve pretensões de concorrer a qualquer cargo político. Todavia, inconformado com a separação, decide então concorrer ao cargo de Governador do mesmo Estado para suceder a sua ex esposa e provocar uma animosidade ainda maior entre ambos.

De acordo com o caso prático, apresente resposta fundamentada aos questionamentos a seguir:

A) Fernando pode concorrer ao cargo de Governador? Justifique.

B) Caso a dissolução casamento ocorresse no último ano do mandato em virtude da morte de Amélia, poderia nesse caso Fernando concorrer ao cargo de Governador? Justifique.



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	<b>Estratégia</b>
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 2

02. Diante das condições sofríveis de trabalho dos servidores da União na área de saúde, uma associação denominada “PSM - Por uma Saúde melhor” organizou uma campanha pela internet para um projeto de lei que visava a reestruturação dos cargos e aumento remuneratório para essa categoria. Esse projeto foi subscrito por 1% (um por cento) do eleitorado nacional, circunscrito pelos estados Alfa e Beta e apresentado junto ao Senado Federal.

A Associação, na expectativa pela aprovação do projeto, informou à imprensa que, caso o haja rejeição pelo legislativo ou veto pelo Presidente da República, irá ingressar com uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para que os anseios do movimento sejam atendidos. De acordo com o caso acima, responda os itens a seguir.

A) É possível afirmar que os procedimentos adotados para encaminhar o projeto de lei estão de acordo com o processo legislativo Constitucional? Justifique.

B) É possível que a PEC cogitada pela referida Associação seja de iniciativa popular?



01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	<b>Estratégia</b>
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 3

---

03. Em razão da publicação do edital para o concurso de Procurador da Fazenda Nacional, Augusto decide participar do certame público. Todavia, como se trata de portador de necessidade especial, requereu a sua inscrição nas vagas reservadas a essa categoria, por força de disposição de lei federal.

Passada a inscrição, o candidato recebeu um comunicado do indeferimento do seu pedido por ato do próprio Ministro de Estado, sob a justificativa que a lei federal não seria aplicada caso por falta de previsão expressa em edital.

Irresignado com fato, Augusto procura você na qualidade de advogado para impetrar eventual Mandado de Segurança. Assim sendo, responda aos questionamentos a seguir:

- a) Diante do cabimento do Mandado de Segurança, qual seria o órgão jurisdicional competente para processamento do feito?
- b) Caso venha a ocorrer a denegação da segurança e o não provimento dos embargos declaratórios, qual seria o recurso cabível?
- c) No mérito, pode-se afirmar que houve violação a preceitos constitucionais diante do ato coator praticado pelo Ministro de Estado?



**Estratégia**  
**OAB**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	<b>Estratégia</b>
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 4

---

04. Imagine que uma reforma na Constituição seja realizada e passe a ser inserido um novo direito social na Carta Política. A norma constitucional é classificada como de eficácia limitada, necessitando de complementação legislativa para produção de todos os seus efeitos.

Após a edição da Lei regulamentadora nº 1234, ainda assim alguns dos destinatários não estão conseguindo usufruir o direito a que fazem jus, em razão da falta de regulamentação da Lei nº 1234 pelo Ministério da Previdência Social, que seria realizado por meio de Instrução Normativa do INSS.

Passados dois anos após a edição da Lei nº 1234, Diego, indignado com a demora e impossibilitado de usufruir do direito constitucionalmente garantido, é aconselhado a impetrar um Mandado de Injunção. Todavia, por não saber exatamente os efeitos que tal medida poderia acarretar, Diego consulta um advogado especialista em Direito Constitucional.

A consultoria jurídica foi a de que, no caso específico, a adoção pelo judiciário de uma solução concretista individual iria satisfazer plenamente as necessidades do autor. Com efeito, responde aos itens a seguir.

- A) A orientação dada a Diego assiste razão quanto à utilidade do acolhimento do Mandado de Injunção com fundamento na posição concretista individual?
- B) Qual é o órgão jurisdicional competente para exame da matéria?

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	<b>Estratégia</b>
17	<b>OAB</b>
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	